



ISSN 2237-9460

DOI: 10.24065/re.v15i1.2771

# PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONACAMPO)

Wansley Ferreira de Freitas<sup>1</sup>

Luiz Bezerra Neto<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo busca promover a reflexão sobre uma das principais políticas de Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), que foi instituído com a proposta de oferecer assistência técnica e financeira por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), aos estados, Distrito Federal e municípios. É importante conhecer como se estabelecem os eixos e as ações do PRONACAMPO, a fim de fazer apontamentos às políticas de implementação e consolidação. A metodologia utilizada é de pesquisa de abordagem qualitativa, alicerçada em análise bibliográfica e documental, com uso de referenciais voltados para a temática de Educação do Campo e suas políticas. Como resultado, evidencia-se a importância dos movimentos sociais na luta por melhorias da qualidade da Educação do Campo, porém, o programa recebeu críticas quanto ao seu atendimento e distanciamento da realidade e ao cerceamento de políticas neoliberais que ficaram evidentes a partir do ano de 2016.

**Palavras-chave:** Eixos e ações. Movimentos Sociais. Políticas Educacionais. PRONACAMPO.

## NATIONAL PROGRAM FOR RURAL EDUCATION (PRONACAMPO)

## ABSTRACT

The purpose of this study is to promote reflection on one of the main the National Program for Rural Education (PRONACAMPO), which was set up with the aim of offering technical and financial assistance through the Articulated Action Plan (PAR), to the States, Federal District and Municipalities. The aim is to find out how the axes and actions of PRONACAMPO are established, in order to point out its policies for implementation and consolidation. This is a qualitative approach, based on bibliographical and documentary research, using references focused on the theme of on the subject of rural education and its policies. The results show the importance of social movements in the fight to improve the quality of rural education, but the program has been criticized for its service distancing itself from reality and the curtailment of neoliberal policies which became evident in 2016.

<sup>1</sup> Doutorado em Educação. Professor da Rede Municipal de Educação de Aporé, Aporé, Goiás, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8173-6399>. E-mail: wansleyf@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-Doutor pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor Titular na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6388-3467>. E-mail: lbezerra@ufscar.br



**Keywords:** Axes and actions. Educational Policies; PRONACAMPO. Social Movements.

## PROGRAMA NACIONAL DE EDUCACIÓN DEL CAMPO (PRONACAMPO)

### RESUMEN

Este estudio tiene la función de promover la reflexión sobre una de las principales políticas de educación del campo, el Programa Nacional de Educación del Campo - (PRONACAMPO), que fue instituido con la propuesta de ofrecer asistencia técnica y financiera por medio del Plan de Acciones Articuladas (PAR), a los estados, Distrito Federal y municipios. El objetivo es conocer cómo se establecen los ejes y acciones del PRONACAMPO, para así plantear cuestiones sobre sus políticas de implantación y consolidación. Se trata de una investigación de abordaje cualitativo, basada en la investigación bibliográfica y documental, con uso de referentes orientados hacia la temática de Educación del Campo y sus políticas. Como resultado señalamos la importancia de los movimientos sociales en la lucha por mejoras en la calidad de educación del campo. Sin embargo, el programa recibió críticas a respecto de su atención y distanciamiento de la realidad, así como el recorte de políticas neoliberales que quedaron evidentes a partir del año 2016.

**Palabras clave:** Ejes y Acciones. Movimientos Sociales. Políticas Educativas. PRONACAMPO.

### INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomos apresentar como se estabelecem os eixos e as ações de um dos maiores programas de políticas públicas para o ensino rural, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Nos últimos trinta anos, o Brasil conseguiu avançar na garantia do direito à educação a crianças e jovens em todo território nacional, porém, Haddad (2012) aponta que o país não conseguiu garantir a qualidade e universalidade de uma educação que se tornasse um forte instrumento de justiça social. Diante disso, o objetivo da pesquisa é buscar compreender como se estabelecem os eixos e as ações do PRONACAMPO, a fim de fazer apontamentos de suas políticas de implementação e consolidação. A metodologia utilizada é a de pesquisa de abordagem qualitativa com base em análise bibliográfica e documental, com uso de referenciais voltados para a temática de Educação do Campo e suas políticas.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a taxa de analfabetismo demonstrou queda desde o último

levantamento, comparada ao ano de 2022, todavia, mantém uma característica estrutural. Assim, os idosos concentram maior proporção de analfabetos, 16,0% entre as pessoas com 60 anos ou mais, os brasileiros na faixa etária dos 40 anos ou mais apresentam 9,8%, enquanto os de 25 anos ou mais exibem um índice de 6,8% e a população com 15 anos ou mais representa a porcentagem de 5,6%. Os dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Educação 2022, evidenciam que as crianças e adolescentes das últimas décadas conseguiram maior acesso à educação, diferente da população mais velha, que não logrou das mesmas oportunidades, não tendo oportunidade à alfabetização na idade certa, apesar de terem frequentado, em muitos dos casos, a sala de aula.

A realidade educacional do Brasil se dá por meio de ações e políticas públicas de combate ao analfabetismo e no intuito de ofertar um maior número de escolas desde a primeira infância, fundamental I e II e ensino médio. Para a Educação do Campo, destaca-se o engajamento dos movimentos sociais na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, como afirmado por Caldart:

3

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas (Caldart, 2012, p. 257).

O debate sobre as políticas públicas para a Educação do Campo se fundamenta no princípio de garantir os direitos aos trabalhadores rurais, com protagonismo dos movimentos sociais que buscam, a partir da década de 1990, “[...] a ampliação das lutas pela garantia do direito à educação para todos os povos do campo, organizadas e desencadeadas coletivamente a partir da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em 1998” (Molina, 2012, p. 585).

Antecedendo à I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, no ano de 1997 foi lançado o desafio de “pensar a educação pública para os povos do campo considerando seu contexto em termos

políticos, econômicos, sociais e culturais", no I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), evento este, promovido pela Universidade de Brasília (UnB), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), levando em consideração a sua especificidade de conceber o tempo, espaço, questões familiares, organização coletiva, meio ambiente, produção, trabalho, entre outros aspectos.

A partir do desafio lançado no I ENERA, da aprovação do texto base finalizado no mês de maio de 1998 e os encontros estaduais, somou-se um total de 23 estados, ficando de fora apenas Amazonas, Acre, Roraima e Amapá, porém, todos com representantes na conferência. O fato é que "O I ENERA teve como resolução a realização de um grande encontro nacional, que seria articulado a partir de conferências estaduais (Soares, 2018, p. 241).

Segundo Bicalho, "Em 1998, foi criada a 'Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo', entidade supra-organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo, em nível nacional" (2017, p. 215). Entre os anos de 1998 e 2004, foram realizadas duas Conferências Nacionais, sendo a primeira no estado de Goiás, na cidade de Luziânia, entre os dias 27 e 31 de julho de 1998, cujo objetivo foi ajudar a recolocar o rural e a educação que a ele se vincula na agenda política do país, como consta no Texto-base. Graças à participação direta e ao engajamento de educadores do campo, MST, Unicef, Unesco, CNBB, foi possível perceber as conquistas e a efetivação de políticas públicas em prol do homem do campo.

Em resposta aos desafios identificados pelos movimentos sociais, em defesa de uma educação voltada para o homem do campo, podemos destacar, entre os anos de 1997 e 2014, três programas ofertados a esse público: O Programa Escola Ativa (PEA), implementado no Brasil a partir do ano de 1997, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, contava com assistência técnica e financeira do Banco Mundial, por intermédio do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA).

Posteriormente, passou a fazer parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tinha como missão “melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo” (Brasil, 2010, s. p.).

De acordo com Nunes e Bezerra:

Este programa visava oferecer uma metodologia própria para o trabalho com as escolas multisseriadas, de forma a atender aos alunos em sua comunidade, com custos mais baixos do que a nucleação, com os objetivos de promover a equidade, reduzir as taxas de evasão e repetência, corrigir a distorção idade-série (Nunes; Bezerra (2017, p. 296).

Nascido a partir dos debates coletivos realizados no I ENERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado no ano de 1998, vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, “[...] tem por objetivo promover ações educativas nas regiões de Reforma Agrária a partir de cursos voltados para a realidade do meio rural através de uma gestão participativa e compartilhada” (Diniz; Lerrer, 2018, p. 259).

5

No ano de 2001, o Programa passa a fazer parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com um reconhecimento estabelecido no âmbito das políticas públicas, assim, de acordo com o INCRA, entre os anos de 1998 e 2018, foram atendidos 186.734 beneficiários, desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até programas de pós-graduação, em parceria com 94 instituições de ensino, um total de 499 cursos.

Nessa conjuntura, é importante reconhecer que o PRONERA,

É a expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país. (Brasil, 2004, s.p.).

A terceira Política Pública oferecida e objeto deste estudo é o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), implantado no ano de 2012, no entanto, as ações de suas propostas foram previstas em



2010 pelo Decreto nº 7.352, assim, o programa se consolidou após a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), coordenar o Grupo de Trabalho (GT) com participação de Conselhos de Educação, Universidades, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros, com o intuito de oferecer assistência técnica e financeira por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) aos estados, Distrito Federal e municípios.

O PRONACAMPO foi construído pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo MEC/SECADI, formado pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB, Universidade de Brasília – UNB e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, atendendo a demandas dos sistemas de ensino e dos movimentos sociais. As propostas específicas para a implementação da política da educação quilombola foram discutidas com a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, sendo submetido à consulta junto à Comissão Nacional Quilombola – CONAQ (Brasil, 2013, p. 02).

Trata-se de uma das maiores políticas públicas de Educação do Campo, que foca no acesso à educação básica e ao ensino superior, formação de professores (inicial e continuada), materiais e melhoria dos prédios das unidades escolares, tanto estrutural e tecnológico quanto nos itens básicos como esgoto sanitário e água potável.

O desígnio do programa é a implementação de políticas de Educação do Campo, além de ampliar o acesso da educação básica até o ensino superior, que para a sua implantação contou com a participação em regime de colaboração com a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal:

"A construção do PRONACAMPO teve como ponto de partida a aprovação no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)" (Bicalho; Rodrigues; Macedo, 2020, p. 24).

O qual definiu as ações para implantação da política de Educação do Campo, que, posteriormente, culminou na criação do PRONACAMPO em



20 de março de 2012. Assim, o programa é uma resposta direta aos desafios identificados nos debates e discussões apresentados nos encontros pautados no I ENERA e na I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, cuja pauta, em ambos os eventos, foi a defesa e a garantia dos direitos como a educação de qualidade, respeitando as especificidades do homem do campo.

## **COMPREENDENDO OS EIXOS E AS AÇÕES DO PRONACAMPO**

O PRONACAMPO está organizado em quatro eixos principais: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação Inicial e Continuada de Professores, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica. Cada eixo abrange uma variedade de ações destinadas a aprimorar a qualidade da educação nas áreas rurais.

No primeiro eixo, denominado "Gestão Democrática", destacam-se quatro ações fundamentais. Uma delas é o Programa Nacional do Livro Didático Campo (PNLD Campo), que tem como objetivo desenvolver e distribuir materiais didáticos específicos para alunos e professores das áreas rurais: "[...] estas iniciativas previstas neste eixo atendem a demandas históricas dos movimentos sociais do campo, incentivando a permanência da juventude camponesa na escola e a valorização dos seus saberes" (Santos; Silva, 2016, p. 142).

É relevante observar que a Educação do Campo é resultado da luta dos Movimentos Sociais Campesinos, portanto, é essencial avaliar se os materiais didáticos fornecidos pelo PNLD Campo estão alinhados com as necessidades das escolas rurais.

O que podemos perceber de todas essas relações é que o PNLD de certa forma alimenta o capital de empresas espanholas, portuguesas, francesas, americanas e inglesas, além das brasileiras. Nesse sentido, compreende-se que o mercado editorial aqui formado está dentro das relações internacionais e da lógica da globalização (Melzer, 2019, p. 33).

De acordo com Melzer (2019), ao longo de cinco anos, entre 2013 e 2017, o PNLD Campo investiu cerca de R\$ 18 bilhões na aquisição de livros

didáticos para escolas rurais. Essa verba foi distribuída anualmente, com valores que oscilaram entre R\$ 22 milhões e R\$ 57 milhões, como podemos observar na Tabela abaixo.

**Tabela 1** – Investimentos totais do PNLD-Campo 2013-2017

Ano	Valores (R\$)
2013	26.333.691,26
2014	26.097.649,04
2015	22.178.101,43
2016	57.964.238,55
2017	49.181.601,17
Total (R\$)	18.175.528.145

**Fonte:** Melzer (2019).

Estes números refletem a colaboração entre o governo e o setor privado na distribuição de materiais didáticos, evidenciando a dificuldade histórica do Estado brasileiro em produzir tais materiais de forma independente, resultando em uma dependência ao mercado neoliberal.

É importante ressaltar que a influência do Estado e da lógica neoliberal é evidente em todas as suas ações, com o capital frequentemente ditando as regras. Por essa razão, os Movimentos Sociais desempenham um papel crucial, especialmente nos encontros e fóruns onde se discute a educação para as populações rurais. Essa perspectiva é apoiada por Melzer (2019).

Partindo dos debates acumulados da Educação do Campo e do direito à educação do/no campo, entendo que o PNLD Campo é uma antipolítica que nega o direito à educação dos camponeses, uma vez que coloca na escola do campo um material didático que aparentemente atende aos anseios do Movimento Por Uma Educação do Campo (Melzer, 2019, p. 36).

É crucial resistir à influência neoliberal e priorizar os ideais dos Movimentos de Educação do Campo, em parceria com a Universidade atuando como “[...] mediadora do processo, garantindo a revisão técnica do material e sua normatização para a impressão” (Melzer, 2019, p. 40). O PNLD Campo deve ir além de um caráter universal de mercado e atender às especificidades do campo. Isso requer uma discussão e proposta de maior



participação dos envolvidos na Educação do Campo, reduzindo a influência do mercado neoliberal e exigindo maior participação dos movimentos sociais, professores e equipes pedagógicas.

A segunda ação é o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE Temático), criado no ano de 1998 e cujo objetivo é:

Atender as escolas da rede pública de ensino, com obras de referência que ampliem a compreensão de professores e estudantes sobre as temáticas da diversidade, inclusão e cidadania e atendam ao desafio de promover o desenvolvimento de valores, práticas e interações sociais (Brasil, 2013, p. 7).

O PNBE Temático está disponível para todas as escolas cadastradas no Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que atendem à educação infantil (Creches e Pré-Escolas), ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos (EJA).

9

É composto pelos seguintes gêneros literários: obras clássicas da literatura universal, poema, conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular, romance, memória, diário, biografia, relatos de experiências, livros de imagens e histórias em quadrinhos. A distribuição dos acervos ocorre da seguinte forma: nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e educação de jovens e adultos (EJA). Já nos anos ímpares a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e para o ensino médio (Ferreira et al., 2016, p. 3).

Esta ação do PNBE Temático prevê a disponibilização de obras de referência, elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, voltadas para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, contribuindo para a formação de uma cultura cidadã e para a afirmação de valores que se oponham a todo tipo de preconceito, discriminação e exclusão.

A OP/FONEC denuncia que muitos livros e outros materiais didático-pedagógicos produzidos por instituições de ensino superior públicas e por movimentos sociais do campo, que consideram as experiências e as diversidades das populações campesinas têm sido ignoradas (Santos, 2016, p. 53).



A terceira iniciativa, o Programa Mais Educação Campo, visa estruturar uma proposta de educação integral para escolas do campo e comunidades quilombolas. De acordo com Santos, “Em 2012, mais de nove mil e setecentas escolas do campo passaram a oferecer ensino em tempo integral com atividades de acompanhamento pedagógico e enriquecimento curricular em diversas áreas do conhecimento” (2016, p. 53), divididas em macrocampos como: Acompanhamento pedagógico; Agroecologia; Iniciação Científica; Educação em Direitos Humanos; Cultura e Arte Popular; Esporte e Lazer; Memória e História das Comunidades Tradicionais.

Infelizmente, essa ação foi extinta com a posse do novo governo (Michel Temer em 2016), que promoveu várias mudanças na educação, incluindo o Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10 (Brasil, 2010, s. p.).

Em substituição ao projeto, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa Novo Mais Educação em 2016, através da Portaria nº 1.144/2016, com o objetivo de “melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental” (Brasil, 2016, s. p.).

Com base nas políticas liberais, o país perdeu outros planos como o Ciência Sem Fronteiras para graduação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB), o Programa Brasil Alfabetizado e o Fórum Nacional de Educação (FNE). Temer também avançou em pautas que caminhavam na contramão da educação pública, como a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos em educação por 20 anos.

A última ação é A Escola da Terra, que tem como principal meta a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos alunos do meio rural. Essa escola caracteriza-se por ofertar material didático pedagógico, acompanhamento pedagógico e formação de professores em parceria com instituições formadoras que já possuem trabalhos voltados para as áreas da Educação do Campo e Quilombola.



A adesão à proposta de formação da Escola da Terra é feita pela secretaria estadual, distrital ou municipal de educação por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), em módulo específico Escola da Terra, em que o gestor indicará as escolas e o número de professores cursistas a serem atendidos, assumindo, como contrapartida, o apoio necessário ao desenvolvimento da ação, conforme termo de compromisso, empreendendo quatro ações: 1. Formação continuada e acompanhada de professores que trabalham com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas multisserieadas no campo e em escolas quilombolas, além dos assessores pedagógicos que terão a função de tutores; 2. Oferta de material didático e pedagógico; 3. Monitoramento e avaliação; e 4. Gestão, controle e mobilização social.

Eixo 2 - Formação de Professores, composto por duas ações. A primeira trata da formação inicial de professores em cursos de Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), por meio das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O projeto foi criado em 2007 pelo Ministério da Educação, por iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com o objetivo de dar apoio aos professores em exercício que atuam na Educação do Campo e Quilombola, e aos cursos de licenciatura.

A segunda ação é a formação continuada de professores, gestores e coordenadores pedagógicos que atuam na Educação Básica do Campo, que era ofertada por meio de instituições públicas de ensino superior, tendo como instrumento formador a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), as Instituições de Educação Superior públicas e comunitárias e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O FONEC não corrobora com a formação à distância e aponta para a necessidade de políticas de incentivo para a formação continuada de professores, na modalidade especialização, a docentes que atuam em turmas multisserieadas, e pós-graduação strictu-sensu (mestrado e doutorado) sob o regime de alternância em Educação do Campo.



Não reconhecemos igualmente, a proposta de Formação de Educadores, a ser feita pela UAB, porque a formação de educadores à distância, especialmente a formação inicial, é considerada um fracasso pelas próprias instituições dos educadores, como a ANFOP, além do que desconsidera também o acúmulo das organizações sociais, sindicais e universidades na formação presencial de educadores do campo (FONEC, 2012, s. p.).

Na sequência, apresentamos o Eixo 3 – Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica, constituído por duas ações, denominadas de “EJA Saberes da Terra” e a “Inclusão Social de Jovens e Adultos que vivem no campo”.

A ação, EJA Saberes da Terra, tem como objetivo:

12

Elevar a escolaridade de jovens e adultos em consonância a um projeto de desenvolvimento sustentável do campo a partir da organização e expansão da oferta da modalidade educação de jovens e adultos, anos iniciais e finais do ensino fundamental de forma integrada à qualificação profissional e ensino médio (Brasil, 2013, p. 12).

Para o seu desenvolvimento, as secretarias de educação contarão com apoio financeiro, em consonância com a Lei nº 12.695/2012. O repasse de recursos será executado mediante a adesão e o cadastro das turmas no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) e o apoio técnico, para a elaboração da proposta pedagógica para o ensino fundamental, de acordo com a matriz de referência do Programa Saberes da Terra em que devem ter assegurados os princípios da alternância, da Educação do Campo, educação popular e desenvolvimento sustentável.

As propositivas do Manifesto do FONEC (2012) estabelecem a

Definição de políticas que visem à criação de um sistema público de Educação do Campo que assegure o acesso universal a uma educação de qualidade, em todos os níveis, voltada para o desenvolvimento dos territórios camponeses, na diversidade de sujeitos que os constituem (FONEC, 2012, p. 03).

Na concepção do FONEC, é nítida a ausência de políticas voltadas para atender jovens e adultos do campo.



A ação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC Campo), tem como alvo a inclusão social de jovens e trabalhadores do campo por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da oferta de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, de acordo com os arranjos produtivos rurais de cada região (PRONACAMPO, 2013). Para a sua implementação, foram constituídos os comitês e os colegiados do PRONATEC.

Os comitês do PRONATEC Campo, como apresenta o PRONACAMPO (2013), têm como organizadores Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), compostas por Delegado (a) do MDA, Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ofertantes, Representantes de Movimentos Sociais e Sindicais, Fórum Estadual de Educação do Campo (ou equivalente), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Rede Estadual de Colegiados Territoriais, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Os Colegiados PRONATEC Campo Territoriais, no entanto, são constituídos em sua organização por câmaras temáticas de educação, sempre que houver representantes dos ofertantes e podendo ser ampliados de acordo com a articulação de cada território.

O FONEC, por meio do Manifesto à Sociedade Brasileira, denuncia as propostas do PRONATEC, pelo fato de haver um distanciamento entre o que é ofertado e a realidade: uma política implantada de cima para baixo, sem ao menos um debate que discuta as principais ideias dos movimentos sociais que defendem a educação do campo:

Não reconhecemos a proposta do PRONATEC Campo elaborada pelo SENAR/CNA, pelo projeto de campo que representa e porque como política o PRONATEC ignora as experiências de Educação Profissional realizadas por instituições como SERTA, MOC, ITERRA, Escolas Famílias Agrícola – EFA's, Casas Familiares Rurais – CFR's e pelo próprio PRONERA em parceria com os Institutos Federais, entre outras (FONEC, 2012, p. 3).

Eixo 4 – Infraestrutura Física e Tecnológica, composto por seis ações, sendo a primeira, Construção de Prédios Escolares, objeto de crítica contundente por parte do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) (2013), pois expressa “o ‘desinteresse’ das administrações públicas municipais em edificar escolas; já que os prefeitos e os mandatários locais orientam-se pela lógica do capital [...]” (Santos, 2016, p. 56). Por esta razão, os gestores buscam priorizar o transporte escolar de crianças e jovens. De acordo com dados do Documento Orientador do PRONACAMPO, (2013), essa ação caracteriza-se na:

14

Disponibilização de recursos financeiros para a construção de escolas com projetos arquitetônicos específicos e padronizados para a Educação do Campo, que contemplam módulos pedagógicos de 2, 4 e 6 salas de aula, módulos administrativo, de serviço e para atividades práticas de agroecologia. No projeto é prevista a construção de quadra esportiva coberta para escolas de 4 e 6 salas, e ainda, poderá ser solicitado de forma independente, módulo de alojamentos de professores e estudantes e de educação infantil. A segunda ação é a Inclusão digital, a terceira ação é o Programa Dinheiro Direto na Escola Campo (PDDE Campo), garantia de recursos de custeio e de capital diretamente nas contas das escolas, a quarta ação é o PDDE Água e Esgoto Sanitário, disponibiliza recursos para as adequações e abastecimento de água e esgoto sanitário para as unidades escolares do campo (Brasil, 2013, p. 14).

Antes da implantação do PRONACAMPO – Infraestrutura Física e Tecnológica, as escolas do campo não foram contempladas por políticas educacionais e nem estruturais de governos anteriores que visassem ao atendimento às famílias da zona rural. De acordo com Guimarães:

O programa tinha previsão de construção de escolas em tempo integral, com infraestrutura completa, servida por transporte escolar, biblioteca, saneamento básico, internet e intranet, tanto quanto alojamentos para alunos e professores (Guimarães, 2017, p. 20).

A infraestrutura dessas escolas serviria como polos de adequação cultural, espaços de cursos superiores à distância, cinemas, cultura e lazer e inclusão digital. Além disso, também ofertaria infraestrutura para a educação infantil e educação de tempo integral. Assim, eram disponibilizados dois modelos de escolas, a primeira, a Escola Padrão, que apresenta em sua estrutura física: Módulo Administrativo, Módulo de Serviços,

Módulo Terra e Módulo Pedagógico (2 salas de aula e 1 sala Multiuso). A Escola Implantação Geral, a segunda a ser ofertada, contaria com Módulo Terra, quadra coberta, módulos alojamentos para professores e alunos, blocos (pedagógicos administrativos e de serviços) e módulo educação infantil, como apresentado na Figura 2.

**Figura 1 – Escola padrão 1**



Fonte: MEC (2012).

**Figura 2 – Implantação Geral**



Fonte: MEC (2012).

Apesar das iniciativas do PRONACAMPO para melhorar a infraestrutura física e tecnológica das escolas rurais, muitos agentes públicos optam por disponibilizar o transporte de crianças por considerar onerosa a folha de pagamento, por esta razão, manter uma escola no campo em funcionamento requer disposição de profissionais e uma atenção especial dos seus governantes.

A segunda ação tem como objetivo promover a inclusão digital e o uso pedagógico da informática nas escolas do campo, providenciando computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais (PRONACAMPO, 2013, p. 15). Nessa ação, a iniciativa é a de disponibilizar laboratórios de informática e projetor Proinfo, oferecer laptops para estudantes com conteúdo educacional e ampliar o acesso à internet. Apesar dessa intenção, o Brasil registrou, em 2022, um total de 9.498 escolas sem acesso à internet, ou seja, 6,8%. Desses, 8.593, isto é, 16,2%, estão na zona rural, enquanto 905, ou seja, 1,1%, está nas áreas urbanas.

A terceira ação, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Campo), destina diretamente para a escola recursos para custeio e capital. Os



recursos variam de acordo com o número de matrículas: as instituições com 15 a 50 alunos matriculados recebem até R\$ 11.600,00; de 51 a 150 matrículas até R\$ 13.000,00; e com mais de 150 matrículas até R\$ 15.000,00, como apresenta a Resolução FNDE nº 36/2012.

Os recursos financeiros serão liberados em favor das escolas de ensino fundamental do campo que possuam Unidade Executora Própria (UEx) devendo ser empregados na contratação de trabalhadores para realização de reparos e/ou pequenas ampliações e cobertura de outras despesas, que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações, bem como na aquisição de mobiliário escolar e na concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar (Brasil, 2013, p. 16).

A ação quatro, Programa Dinheiro Direto na Escola Água e Esgoto Sanitário (PDDE Água e Esgoto Sanitário), tem a função de destinar e disponibilizar recursos financeiros de custeio e de capital para unidades escolares do campo e quilombolas, para adequações de abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário.

Com base na Resolução do FNDE nº 32/2012, que regula o valor repassado às escolas de acordo com o número de matrículas, cada unidade que tiver de 4 a 50 matrículas receberá R\$ 25.000,00; de 51 a 150 matrículas receberá R\$ 28.000,00; e com mais de 150 matrículas receberá R\$ 32.000,00.

Os recursos financeiros devem ser empregados na aquisição de equipamentos, instalações hidráulicas e contratação de trabalhadores, necessários à construção de poços, cisternas, fossa séptica e outras formas que assegurem provimento contínuo de água adequada ao consumo humano e esgotamento sanitário (Brasil, 2013, p. 16).

A quinta ação, Luz para Todos na Escola, assegura o fornecimento de energia por meio do Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia, sob responsabilidade do gestor escolar que deverá enviar um ofício com o georreferenciamento (latitude/longitude) da unidade escolar para a concessionária responsável pela execução do programa de seu estado, sendo priorizadas as escolas que não possuem fornecimento de energia elétrica.



De acordo com a página da Anatel, por meio do painel de dados Conectividade nas escolas públicas em atividade nas dependências municipais, estaduais e federais, de acordo com o Censo Escolar 2021, as instituições de ensino sem Energia somam 3.421 — o que corresponde a 2,5% do total.

Por fim, a sexta ação garante aos alunos das escolas do campo transporte escolar para o campo. A demanda será assegurada por meio de solicitação feita pela Secretaria de Educação via PAR. De acordo com o PRONACAMPO (2013, p. 17), “A ação prevê a entrega de lancha escolar a gasolina (20 lugares) e a diesel (31 e 53 lugares); bicicletas escolares e capacetes, além de ônibus escolar em quatro modelos: pequeno (29 lugares), 4x4 (23 lugares), médio (44 lugares) e grande (59 lugares)”.

O PRONACAMPO obteve reconhecimento em alguns aspectos por incorporar os ideais de Educação do Campo e evidenciar a participação e a luta dos movimentos sociais, mas também recebe críticas, pois “[...] tanto as ações quanto o atendimento vinculam-se ao PAR, o que materializa a distância entre a forma de implementação da política e a essência das reivindicações realizadas pelos movimentos sociais” (Santos, 2016, p. 59).

Apesar das ações e da crescente investidura dos movimentos sociais de Educação do Campo, não podemos desassociar a presença do capital e a interferência de políticas neoliberais crescentes, a partir do ano de 2016 até os dias atuais, que afetam todos os camponeses e seus familiares que vivem do campo.

Pode-se, portanto, observar que, aos poucos, as Políticas Públicas de Educação do Campo estão correndo grande risco de serem cerceadas, além da tentativa do silenciamento dos movimentos que lutam para manter os Programas como PRONACAMPO funcionando e deliberando para que se evite o fechamento de escolas, e que, ao invés disto, se tenha um investimento maior para aqueles que lutam por seus direitos.

O modelo econômico neoliberal do atual Governo pode colaborar ainda mais com o fechamento das escolas do campo, uma vez que prioriza a monocultura da soja, milho e plantio da cana de açúcar



na produção do álcool, bem como a utilização de altos índices de agrotóxicos, contaminando o solo, mananciais e nascentes. Com o fechamento das escolas do campo, aumenta a possibilidade dos estudantes se distanciarem das pequenas propriedades da agricultura familiar, provocando ainda mais o êxodo rural. Esse modelo econômico privilegia as poucas empresas transnacionais, produzindo commodities agrícolas para o Capitalismo especulativo, que trata a educação como mercadoria. Estamos diante de um retrocesso, que pode trazer mais violência, miséria e analfabetismo para o campo brasileiro, além da precariedade do trabalho no campo, sem os direitos sociais básicos: saúde, educação, saneamento e previdência social (Guimarães, 2017, p. 22).

Apesar dos avanços em Programas como o PEA, PRONERA e PRONACAMPO, não devemos acreditar que todos os problemas enfrentados no campo são coisas do passado. Historicamente, o Brasil possui muita dificuldade em lidar com políticas públicas na área da educação. Quando elas avançam, o fazem de forma tímida, priorizando sempre modelos que favorecem o mercado capitalista; pouco divergem de modelos tecnicistas, sem observar as peculiaridades dos homens do campo.

Todos os que lutam e defendem a Educação do Campo devem ficar em alerta, para que nenhum dos eixos e ações deixe de atender e ofertar aquilo que é um direito aos moradores do campo. Em vez de fechar escolas, deve-se manter ou até mesmo construir escolas no campo, pelo fato de haver leis que condenam tais práticas, tornando-se necessária a criação de políticas que buscam o fortalecimento destas escolas. Paradoxalmente, o que presenciamos é o fechamento delas, condição que torna necessário acompanhar o que se discute nos fóruns de Educação do Campo, como o FONEC, que se postula como um crítico contumaz das políticas impostas, não dos programas, mas dos caminhos que tais programas seguem.

### **Considerações finais**

A pesquisa em questão buscou apresentar os eixos e ações que compõem o PRONACAMPO, porém, para a sua compreensão, discorremos, ainda que de maneira sucinta, acerca de como se deu o processo histórico por meio do I ENERA e da I Conferência Nacional de Educação Básica do



Campo, passando por dois Programas de extrema importância, que são eles: PEA e PRONERA.

O intuito do PRONACAMPO é dar apoio técnico e financeiro a estados, municípios e Distrito Federal, visando a qualidade e a melhoria da educação com políticas que abrangem a gestão e práticas pedagógicas, formação inicial e continuada de professores, educação de jovens e adultos e profissionalização, infraestrutura e tecnológica da rede pública. Todas as ações são indicadas via PAR por seus dirigentes municipais, que, diante das suas necessidades, vão abrindo demanda. Embora o Programa tenha sido elogiado por incorporar os princípios da Educação do Campo e reconhecer a participação dos movimentos sociais, foi alvo de críticas, justamente por sua ligação com o PAR, pois, na concepção dos defensores da Educação do Campo, há um distanciamento entre a implementação das políticas e a reivindicações desses movimentos.

Cabe ressaltar que, apesar das críticas, o PRONACAMPO é um dos programas mais abrangentes e inclusivos voltados para Educação do Campo, combatendo a desigualdade e interligando as escolas antes isoladas, devido a sua localização e na maioria das vezes de difícil acesso, a outras instituições do Brasil por meio do uso da tecnologia, além de um Eixo visto como o mais importante que é a construção de novos prédios escolares como um espaço adequado e acolhedor e, principalmente, com água potável e saneamento básico.

Apesar dos esforços e do crescente engajamento dos movimentos sociais em prol da Educação do Campo, é importante destacar a influência das políticas neoliberais, as quais têm afetado negativamente a vida dos camponeses e suas famílias desde 2016. Como resultado, as Políticas Públicas de Educação do Campo correm um grande risco de serem restritas. Para que isso não aconteça, é preciso fortalecer o debate público, em parceria com universidades, entidades não governamentais e movimentos sociais, a fim de ampliar os programas já ofertados e propor novos, que atendam aos anseios da população do campo.



Portanto, torna-se evidente a necessidade de proteger e fortalecer os eixos e ações do PRONACAMPO, a fim de evitar o fechamento de escolas, evasão escolar e a não formação dos profissionais que atuam nessas escolas, pois é preciso garantir os direitos e as condições de vida à população do campo, promovendo melhor acesso às instituições escolares.

## REFERÊNCIAS

BICALHO, R. S. História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 210-224, out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758>. Acesso em: 6 jan. 2024.

BICALHO, R. S.; MACEDO, P. C. S.; RODRIGUES, G. G. Políticas Públicas de Educação do Campo: Reflexões Sobre o PRONACAMPO. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**. Marabá, v. 2, n. 1, p. 19-32, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/ReDiPE/article/view/1238/509>. Acesso em: 2 de jun. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**: manual de operações. Brasília, DF: INCRA, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016**. Institui o Programa Novo Mais Educação. Disponível em: [https://www.realsuperior.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Portaria-MEC-n%C2%BA-1144\\_2016\\_Programa-Novo-Mais-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.realsuperior.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Portaria-MEC-n%C2%BA-1144_2016_Programa-Novo-Mais-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO): Documento Orientador.** Brasília: MEC/SECADI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13214-%20documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-%20documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 mar. 2024.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-264.

CAMPO: a contradição na política educacional. In: FALEIRO, W.; ASSIS, M. P. de; FARIAS, M. N.; (orgs.). **Desafios e perspectivas refletidas no tempo presente.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 17-44.

DINIZ, D. F.; LERRER, D. F. O programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): uma política pública para a democratização do estado no Brasil. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 259–280, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v43i1.46105>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46105>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, V. M. da S. et al. Um estudo sobre o PNBE – programa nacional biblioteca na escola: reflexões sobre essa política de incentivo na sala de leitura Rachel de Queiroz. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., Guaranhuns. **Anais** [...]. Garanhuns: UFRPE, 2016. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO\\_E\\_V056\\_MD4\\_SA3\\_ID6524\\_17082016203317.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_E_V056_MD4_SA3_ID6524_17082016203317.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022.

21

Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC). **Manifesto à sociedade Brasileira.** Brasília, 21 ag., 2012. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/forum-nacional-de-educacao-do-campo-manifesto-a.pdf>/view. Acesso em: 6 jan. 2024.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Oficina de Planejamento.** Relatório Síntese das Conclusões e Proposições. Brasília, 13 e 14 jul., 2013. Disponível em: <[http://ufrr.br/leducarr/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=51:relatorio-sintese-versao-final&id=5:publicacoes1&Itemid=182](http://ufrr.br/leducarr/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=51:relatorio-sintese-versao-final&id=5:publicacoes1&Itemid=182)>. Acesso em: 14 set. 2021.

GUIMARÃES, F. de O. **Políticas Públicas e Fechamento das Escolas do Campo no Brasil.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

HADDAD, S. Direito à Educação. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 215-220.

MELZER, E. E. M. O direito à educação do campo e o PNLD



CAMPO: a contradição na política educacional. In: FALEIRO, W.; ASSIS, M. P. de; FARIAS, M. N.; (orgs.). **Desafios e perspectivas refletidas no tempo presente.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 17-44.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 585-593.

NUNES, K. de C. S.; BEZERRA, L. N. Políticas educacionais para a Educação do Campo: uma análise histórica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 6, n. 2, p. 289-304, maio/ago., 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v6n2a2017-09>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46778/25482>. Acesso em: 5 maio 2024.

SANTOS, F. **Políticas públicas de educação no/do campo:** o transporte de estudantes no município de morrinhos/GO. 2016. Relatório de estágio (Pós-doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SANTOS, R. B. dos; SILVA, M. A. da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271991549>. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549/493>. Acesso em: 5 maio 2024.

SOARES, S. B. V. Estado e educação do campo: a influência dos organismos internacionais na elaboração de políticas públicas educacionais para o campo brasileiro. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 240–258, 2018. DOI: 10.5216/ia.v43i1.46081. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46081>. Acesso em: 4 mar. 2024.

Recebido em: 05 de novembro de 2024.

Aprovado em: 03 de abril de 2025.

Publicado em: 08 de abril de 2025.

